

ENSINO AGRÍCOLA E FORMAÇÃO DISCIPLINAR PARA MENINOS: ASPECTOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PATRONATO AGRÍCOLA "VIDAL DE NEGREIROS" EM BANANEIRAS/PB (1924-1934)

RESUMO: Este estudo tem o propósito de compreender as interfaces da política educacional republicana no início do século XX, mediante a institucionalização do Patronato Agrícola de Bananeiras/PB, criado em 1920 e inaugurado em 1924, conferindo-lhe uma identidade histórica. Visa problematizar a cultura escolar imprimida nesta instituição criada e pensada para a formação moral e profissional do sexo masculino no período de 1924 a 1934. Discute as transformações econômicas e sócio-políticas em que surgiu o ensino profissional no Brasil. Reflete as práticas educativas que impactaram os processos de formação da moral, intelectual e a qualificação profissional para o setor rural nesta instituição. A reconstituição histórica se fundamenta nos princípios da história das instituições educativas, a partir da análise dos testemunhos e registros das práticas educativas, sociais e culturais, bem como as fontes históricas são analisadas à luz da nova história cultural. Assim sendo, adotou-se como categoria de análise histórica a cultura escolar para compreender as regras do Patronato Agrícola difusas na própria distribuição do espaço onde se desenvolviam as atividades pedagógicas no cotidiano institucional¹.

Palavras-chave: Ensino profissional. História das Instituições Educativas. Formação moral.

1 Introdução

Trata-se de uma investigação histórica com o propósito de reconstituir/reconstruir a trajetória do Patronato Agrícola de Bananeiras/PB, criado em 1920 e inaugurado em 1924, conferindo-lhe uma identidade histórica. Problematiza a cultura escolar desta instituição, estabelecendo relação com as circunstâncias culturais e contextuais nas quais ocorreram a sua criação e desenvolvimento. Discute as transformações nas práticas educativas que impactaram os processos de formação moral, intelectual e a qualificação profissional para o setor rural neste educandário.

No centro desta discussão emerge a problematização inerente à produção historiográfica, que estará condicionada às fontes históricas, necessárias e indispensáveis matéria-prima do historiador (LOPES; GALVÃO, 2001). A reconstituição histórica se fundamenta nos princípios da história das

¹Parte desta pesquisa foi apresentada no IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação.

instituições educativas que buscam construir uma identidade histórica da instituição de ensino por meio da análise de fontes históricas oficiais, entendidas como testemunhos dos atos históricos.

A história das instituições escolares confronta-se com duas problemáticas básicas, a saber: a primeira é o desafio da identificação de fontes diante das precárias condições de manutenção dos acervos e das péssimas condições de acondicionamento das fontes nos arquivos públicos, sobretudo, nas instituições escolares, que salvo raras exceções, não têm uma prática contínua de preservação de fontes. A Segunda é o exercício de análise e articulação dos diversos tipos de fontes, caracterizando aí o significado do fenômeno investigativo.

A pesquisa em curso foi realizada no Arquivo do CCHSA/UFPB, no qual está situada parte da memória institucional do Patronato Agrícola Vidal de Negreiro. Esse arquivo está instalado em um lugar de desprestígio no espaço escolar, onde a poeira, a umidade e as traças se encarregam de realizar a deterioração do material.

2 Pressupostos teóricos e metodológicos: historiografia da educação e fontes

A reconstituição da trajetória do Patronato Agrícola de Bananeiras/PB parte da análise criteriosa das fontes históricas à luz da nova história cultural, a qual se interessa por toda atividade humana, tendo como base filosófica a ideia de que a realidade é social ou culturalmente construída (BURKE, 1992).

Entre as novas abordagens interligadas à nova história cultural, adotaremos a história das instituições educativas, a qual intenta “construir uma identidade histórica, tomando em atenção as coordenadas de tempo e de espaço: quadros de mudança e quadros de permanência; relações entre o local/regional e o geral/nacional” (MAGALHÃES, 1996, p. 2). As instituições educativas, por mais diversificadas que sejam, surgem como localidades que devem ser consideradas como amostras expressivas dos procedimentos educativos em qualquer país. Dessa forma possibilita a compreensão da existência histórica de uma instituição educativa integrada em uma realidade mais ampla que é o sistema educativo. Por isso se faz necessário, “contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e

de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade conferindo um sentido histórico” (MAGALHÃES 1996, p. 2).

Nessa perspectiva, novas formas de se questionar se cruzam com o alargamento das problemáticas, acrescido à diversidade dos contextos e às especificidades dos modelos e práticas educativas. Assim sendo, adotou-se como categoria de análise histórica a ‘cultura escolar’, definida por Julia (2001, p.10) como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Trata-se, nesse caso, das normas transformadas em práticas pedagógicas desenvolvidas em determinada escola com vistas a não somente ensinar conhecimentos, mas também moldar e conformar comportamento, submetendo professores e alunos a um regime disciplinar transmitido por gerações seguidas. Além disso, Werle (2004) adverte que “fazer história institucional, exige revisitar o projeto primitivo, a posição do fundador, aquele que lhe deu paternidade, retomar as formas de organização jurídica e material”. Faz-se necessário identificar nesse processo o conflito entre o instituído e os processos de institucionalização, situando os momentos em que a instituição passa a funcionar com autonomia.

A construção histórica em torno de um objeto de estudo sugere a compreensão inicial de que o passado não é conhecido na totalidade, mas é passível de ser entendido a partir da análise de suas partes. A História da Educação é uma das maneiras de abordar o presente tornando-o estranho, questionando-o, em busca de respostas, para que possamos compreendê-lo. O caminho para isso é a investigação a fim de reconstituir/reconstruir aspectos ou pedaços da história para entendê-los em seus fragmentos, em suas incertezas (LOPES; GALVÃO, 2001). Portanto, permite um olhar para o passado com os olhos do presente, não somente para buscar fatos desconhecidos, mas para construir um novo olhar sobre o passado.

Nessa perspectiva, parte-se da compreensão de que na pesquisa histórica a relação passado/presente é fundamental para a compreensão da importância de uma instituição educativa para uma dada época, em termos de sua dinâmica interna de desenvolvimento e das relações estabelecidas com a

sociedade. Por isso mesmo, no traçado da trama da história do Patronato Agrícola de Bananeiras, será levado em conta a sua instituição e os seus ciclos de vida, os componentes de sua cultura escolar: professores(as), alunos(as), conhecimentos escolares, espaço escolar e o currículo em diferentes épocas).

Essa forma de abordar a história da educação já está consolidada no Brasil, tal como afirma Gatti Júnior (2002, p. 22) ao defender que as investigações relativas ao campo da história das instituições educacionais são “a ponta-de-lança da possibilidade da escrita de uma nova história da educação brasileira, capaz de levar em conta as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais”.

No intuito de trazer à tona a memória institucional buscaremos desvelar nos registros das práticas ali realizadas a sua identidade. O historiador parte para os arquivos, tal como assinala Febvre (1989, p. 19), em busca dos “vestígios do passado [...] com uma intenção precisa, um problema a resolver”. Já Le Goff (1994, p. 477) explicita que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

A reconstituição da trajetória de uma instituição consiste em buscar, entre os componentes constitutivos de sua história, diluídos nas brumas do passado, a identidade que a marcou em diferentes épocas: os espaços físicos bem como os aspectos sociocultural, a dinâmica de funcionamento interno, o currículo, o espaço, a articulação com a sociedade em que ela se inseria e com os acontecimentos políticos e culturais ocorridos no âmbito local, regional e nacional. Ali deverá se revelar ainda o papel dos seus diferentes atores, para que se possa interpretar o itinerário histórico da instituição à luz do seu próprio modelo educacional.

3 Os Patronatos Agrícolas no Brasil: institucionalização e desenvolvimento

A Primeira República (1889-1930) foi marcada por uma política descentralizadora, que permitia aos governos transformar o seu estado em ‘domínio próprio’. Isso deu substância ao que ficou conhecido como República Oligárquica, ou dos Coronéis do Café, que dominavam e manipulavam os poderes econômicos e públicos no âmbito de cada Estado.

Ora, na passagem do século XIX para o XX a atividade econômica predominante no Brasil era a agricultura, caracterizada pelo modelo agrário-comercial e exportador, principalmente da cultura do café. Contudo, já existia no país indícios de desenvolvimento urbano e industrial (RIBEIRO, 1998).

No campo educacional permanece a descentralização educacional reafirmada pela primeira Constituição Republicana de 1891, que confirma o dualismo no ensino: atribuindo à União a responsabilidade pelo Ensino Superior e aos Estados a incumbência de organizar os seus sistemas de ensino. Incapazes, ou desinteressados de promover a educação do povo permanece durante a Primeira República o analfabetismo generalizado, de modo que ainda “em 1920, 65% da população de quinze anos e mais era analfabeta” (RIBEIRO, 1998, p. 81).

Os republicanos não efetivaram uma política de educação nacional, logo as camadas menos favorecidas continuam excluídas dos bens culturais, e marcadas pelo analfabetismo, principalmente nos setores rurais. Desse modo, refletir sobre a história do ensino agrícola no Brasil faz evocar as aproximações necessárias à instituição do ensino técnico-industrial, pois no contexto econômico no qual ocorreu o desenvolvimento industrial no país, tivemos certa conjugação do capital industrial com o capital agrícola.

Movido pelo discurso de mudar o quadro de pobreza e de ignorância que predominava no Brasil, o governo federal em fins do século XIX passou a criar várias instituições voltadas para ‘meninos pobres e desvalidos’. Principalmente a partir do decreto de 23/11/1909, no governo de Nilo Peçanha (1909-1910) que instituiu a criação de Escola de Aprendizes e Artífices (EAA) para o ensino profissional primário gratuito nas capitais de cada estado. Argumentava-se que com o crescimento das cidades, surgia a necessidade de formar a população proletária para o trabalho a fim de promover o desenvolvimento da nação. Desse modo a escola era destinada para meninos entre 10 e 13 anos e nela deveriam ser oferecidos, com frequência obrigatória, curso primário para aqueles que não soubessem ler, escrever e contar, e aula de desenho, em turnos diurno e noturno” (VEIGA, 2007, p. 251).

Nesses moldes o ensino profissionalizante começou a se expandir no Brasil no início do século XX como forma de dar assistência aos adolescentes e jovens pobres, órfãos e desvalidos, com o propósito de desviá-los da

marginalidade e da indolência. Para os setores urbanos foram instituídas as Escolas de Aprendizes Artífices e para os setores rurais os Patronatos Agrícolas. Essa problemática é indissociável à análise das transformações das relações entre o ensino profissional imprimido nos colégios agrícolas e as demandas advindas dos setores produtivos e sociais, os quais motivaram as modificações por que passou o ensino rural no Brasil até metade do século XX.

A discussão relacionada ao papel da agricultura na economia brasileira gerou o Decreto nº 8.319, de 20 de novembro de 1910, o qual trouxe a primeira regulamentação e estruturação do ensino agrícola no Brasil, passando a ser ministrado em quatro categorias, a saber: Ensino Agrícola Superior, Ensino Agrícola Médio, Aprendizes Agrícolas e Ensino Primário Agrícola (SOBRAL, 2009).

No início do século XX, intensificam-se as ações para a realização dos ideais republicanos, a exemplo da edificação das escolas normais e dos grupos escolares e a instituição do ensino seriado no âmbito das políticas estaduais. Paralelo a isso emergem as iniciativas de efetivação do ensino profissional no domínio da política federal e destinado aos menos favorecidos.

Cunhava-se no novo regime a imagem do progresso em oposição à estagnação secular que pairou sobre a educação brasileira. O domínio do fazer e da técnica passou a ser visto como meio eficaz na superação do atraso em que se encontrava o país, um caminho para o desenvolvimento.

O incessante crescimento das cidades e a incapacidade de absorção de toda mão-de-obra disponível pelo mercado de trabalho urbano faziam com que o processo migratório fosse visto pelos grupos dominantes como uma permanente ameaça. Políticos e educadores compartilhavam a ideia de que era preciso conter a migração, e um dos instrumentos para fixar o homem no campo era a educação (SOBRAL, 2009). Por isso, imprimia-se a proposta de “fixação de homens e mulheres ao campo, de forma a conter o processo de crescimento urbano mediante uma distribuição *racional* da população pelas atividades rurais e urbanas” (EVANGELISTA; MORAIS; SHIROMA, 2000, p. 22, grifo da autora).

Foi no cerne desse contexto que ocorreu a difusão dos Patronatos Agrícolas no Brasil no período que vai de 1918 a 1934, adotados como uma das estratégias para reduzir a migração do campo para a cidade, superar o

atraso intelectual e material do Brasil, além de combater o analfabetismo, a indigência e a ignorância. Oferecia a formação profissional às crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional, sobre os quais pesava a crença de regeneração por meio da vida no campo com predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares (NASCIMENTO, 2011).

4 O Patronato Agrícola Vidal de Negreiros em Bananeira/PB

O Patronato Agrícola de Bananeiras/PB foi criado no dia 29 de março de 1920 por imposição do Decreto Federal de nº 14.118 e inaugurado em 1924 como um Aprendizado Agrícola, vinculado ao ensino primário (BRASIL, 1920).

Surgiu como parte integrante do processo de republicanização do Brasil, materializado por meio de uma política intervencionista na vida social, que auxiliava o Estado a prestar assistência aos grupos mais necessitados ou desprovidos, a fim de impor padrões mais modernos, tanto no meio urbano como no rural. Percebe-se nitidamente que o governo central, sob o discurso assistencialista, objetivou ministrar a instrução primária (intelectual) e profissional (técnica) a um determinado grupo, a fim de aliviar as tensões sociais e atualizar projetos sociais específicos.

Os Patronatos Agrícolas não eram vinculados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a instância federal responsável pelos assuntos educacionais do país. O ensino agrícola, assim como as demais modalidades de ensino profissional, que emergiam naquela época, passaram a ser reguladas e seguiam orientação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Esse órgão foi criado em 29 de dezembro de 1906 com a atribuição de regular as atividades relacionadas aos serviços e aos estudos do setor produtivo e do comércio, responsabilizando-se, portanto, pela formação profissional: o ensino agrícola; as escolas veterinárias; o ensino industrial e comercial e as escolas de minas (KUNZE, 2009).

Presume-se que tal subordinação esteja relacionada à concepção dualista de ensino que norteou as políticas públicas brasileira acerca da educação profissional e elementar: a primeira era voltada à preparação para o trabalho, e a segunda, para a formação intelectual, daí pertencerem a Ministérios diferentes, já que eram concebidas como assuntos distintos.

A política de implementação do ensino agrícola no país tomou maiores proporções com a instituição do Decreto Federal 12.893 de 1918 que autorizou a criação de Patronatos Agrícolas por meio do Ministério da Agricultura. Entre os anos de 1918 a 1925 foram criados e distribuídos pelo país 20 (vinte) Patronatos Agrícolas (SILVA, 1994), sendo que 1 (um) entre estes foi destinado ao Estado da Paraíba, mais precisamente ao Município de Bananeiras/PB.

A cidade de Bananeiras/PB apresentava importantes condições técnicas, além disso, a rapidez na concessão do terreno por parte do executivo municipal favoreceu a decisão do então presidente do Estado, Sólon Barbosa Lucena, natural deste município, a instalar ali a unidade de instrução elementar e formação profissional voltada para as técnicas em agricultura e pecuária, de modo a beneficiar essa área da economia em toda a região (SILVA, 2004).

No final do século XIX e decorrer do século XX essa região configurou-se num celeiro produtor de alimentos e fibras, como o algodão, o café, a cana-de-açúcar, o sisal e a pimenta do reino (GONDIM, 1999). Outros fatores, como a abundância de água, a vegetação nativa, clima frio e a busca de desenvolvimento social e econômico contribuíram para a instalação do Patronato Agrícola neste município (SILVA, 2004).

O Patronato Agrícola de Bananeiras traduziu-se em significativo avanço educacional para a região por proporcionar não somente a formação profissional, mas também a instrução primária, tendo em vista a carência de instituição pública de ensino na região e, em consequência, o alarmante contingente de analfabetos.

Com uma década de funcionamento, o ingresso neste Educandário implicava na superação de várias etapas no decorrer do pleito com regras definidas, conforme se pode observar no Edital nº 8 de 1936, que dispõe sobre as regras para a inscrição de matrícula para o ingresso no Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, segunda as quais os candidatos deveriam se submeter a exame de admissão composto com as matérias do curso primário, além de cumprir as seguintes exigências:

- a) Certidão de idade de 12 a 16 anos;
- b) Atestado de saúde e vacinação passado pelo médico do Aprendizado;
- c) Certificado de boa conduta passado por autoridade policial;
- d) Atestado que prove ser filho de agricultor, passado por 2 agricultores que sejam registrados na Inspetoria Agrícola Federal, cujas firmas devem ser

reconhecidas pelo chefe desse serviço; e) Requerimentos dirigidos ao Director do Aprendizado solicitando a internação (BRASIL, 1936).

A seleção funciona, da forma que a definiu Foucault (1987), como um eficaz instrumento do poder disciplinar, resultando num composto de vários elementos, como o olhar hierárquico e a sanção normalizadora. Fazia-se a seleção prévia daqueles que ingressariam, mas não somente para a verificação do conhecimento, mas, sobretudo, para classificar comportamentos.

Para o Patronato Agrícola de Bananeira/PB convergiam os meninos de várias regiões da Paraíba e de outros estados do Nordeste, e, com isso gerava uma concorrência anual em busca de novas vagas, de modo que as famílias comumente recorriam a autoridades locais, fossem jurídicas, religiosas ou de segurança para emitir e assinar o requerimento dirigido ao diretor do Patronato.

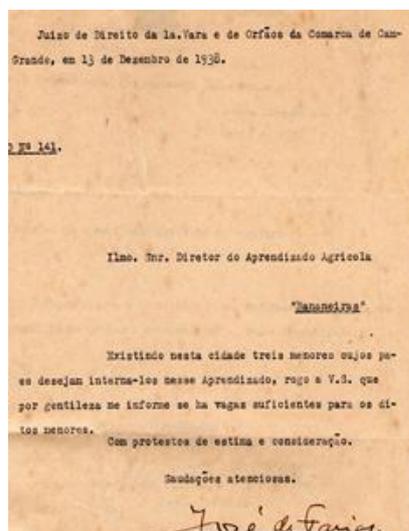
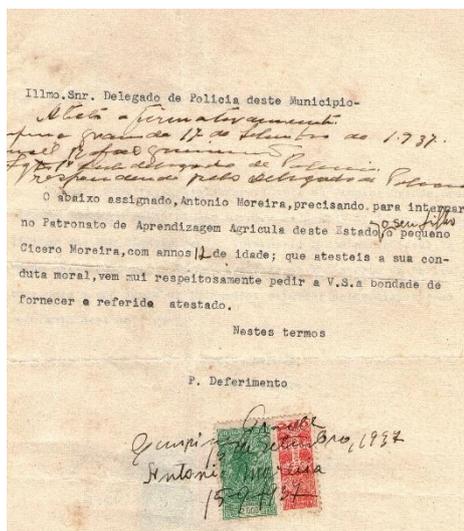


Imagem 1: Solicitação de atestado (1937) Imagem 2: Solicitação de matrícula (1938a)
Fonte: Arquivo do CCHSA/UFPB/Bananeiras/PB

As imagem 1(um) e 2 (dois) representam solicitações de matrícula advindas de autoridades locais (delegado e juiz). Supõe-se haver uma expectativa de que esses sujeitos pudessem intervir na disputa por uma vaga no referido educandário. As representações em torno dessas instituições variavam no imaginário popular, que oscilava de um lugar de instrução e profissionalização com ênfase nas atividades agrícolas, até a visão reducionista de concebê-lo apenas como um abrigo para menores órfãos e desamparados.

5 A prática pedagógica: o currículo, as provas e exames, a formação disciplinar e moral

Na organização do cotidiano pedagógico do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros era proeminente a preocupação com a idoneidade e a conduta moral do educando. Destacava-se o investimento nos mecanismo de controle que antecedia até mesmo o seu ingresso no educandário, materializado nos 'certificados de boa conduta passados por autoridade policial', bem como pelos exames de admissão. Esses mecanismos se ampliavam e se intensificavam no decorrer do curso e perpassavam por toda a formação por meio das disciplinas escolares, do trabalho nas oficinas e também nas festas cívicas.

Ao sair do Aprendizado Agrícola o aluno recebia um "Atestado de boa conduta" (BANANEIRAS, 1938b), cuja função era sugerir um comportamento apropriado ou uma má recomendação que o acompanhava por toda a vida. Ao analisar o cotidiano e as práticas pedagógicas de um Patronato Agrícola que funcionou sob regime de internato não se pode furtar de reportar às reflexões de Foucault em 'Vigiar e punir' (1987), particularmente no que concerne aos mecanismos de imposição da disciplina e da identificação dos sinais da dedicação exacerbada de treinamento, modelagem, manipulação do corpo e adequação a um determinado grupo. Pode-se presumir que ali se efetivava as ações que levavam ao treinamento do corpo, ou, no dizer de Foucault (1987, p. 118) "docilidade do corpo", útil aos setores produtivos. [...] "É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (FOUCAULT, 1987, p. 118).

A prescrição da norma se iniciava pela edificação do prédio escolar, cujo projeto situa-se no seio da problematização da imposição disciplinar: o edifício escolar, particularmente o dos internatos, consubstancia-se em uma arquitetura que prima não apenas pela elegância e estética, mas principalmente pela obtenção de um controle interior de forma detalhada. As regras, no Patronato Agrícola, além de registradas nos regulamentos, estavam difusas na própria distribuição do espaço onde cotidianamente se desenvolviam as atividades pedagógicas. Os ambientes eram organizados de modo que se tornassem visíveis todos aqueles que neles se encontram.

Nessa perspectiva, pode ser observada na imagem 3 (três) a organização do dormitório no internato de Bananeiras/PB, em que as camas

estão dispostas em um único pavilhão com acesso para várias salas e, bem ao alcance do olhar do disciplinador.



IMAGEM 3: Dormitório dos menores (1930) Imagem 4: Menores no refeitório (1930)
Fonte: Arquivo do CCHSA/UFPB/Bananeiras/PB

Observa-se na imagem 4(quatro) a ordem presente nas atividades cotidianas dos alunos do Patronato Agrícola, a começar pela postura rigorosa dos meninos no momento da refeição. O fracionamento de tempo e a execução de tarefas sucessivas permitem o controle sobre os educandos. Mas isso não é o suficiente. É preciso, além da ordem, a eficácia nas ações. Nessa perspectiva, Foucault (1987, p. 130) adverte que

o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre o gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido.

Os processos disciplinares no ato de educar sempre existiram nos mosteiros, nos conventos, nos exércitos, nas corporações de ofícios e oficinas. Mas foi a partir do século XVIII que se aprimoraram as formas de dominação com a organização das disciplinas, mediante o tempo prolongado que o educando permanece na escola. No Patronato Agrícola de Bananeiras/PB os meninos ingressavam com 12 anos, podendo permanecer até os 16 anos. Realizava o curso primário além da formação nas técnicas de agricultura. O curso primário compreendia 4(quatro) séries anuais, cujo programa era composto pelas disciplinas escolares, a saber: Primeiro Ano - Portuguez, Arithimeteca, Geographia e História; Segundo Ano - Portuguez, Arithimeteca, Geographia, Geometria e História; Terceiro Ano: Portuguez, Arithimeteca,

Geographia, Geometria e História; Quarto Ano: Portuguez, Arithimeteca, Geographia, Geometria, História do Brasil e História Natural (BANANEIRAS, 1930).

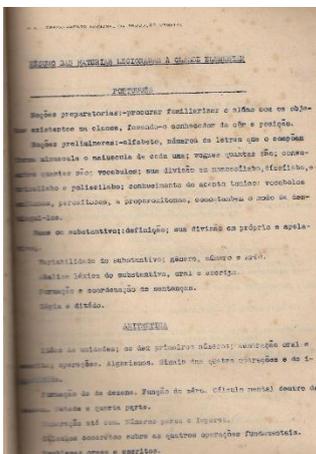


IMAGEM 5: Resumo das matérias (1939) Imagem 6: Menores na oficina de ferraria (1927)
Fonte: Arquivo do CCHSA/UFPB/Bananeiras/PB

As imagens correspondem ao cotidiano da prática pedagógica no que concerne a formação geral, ou seja, o resumo das matérias lecionadas no âmbito de cada disciplina nas classes elementares (BANANEIRAS, 1940), bem como as aulas práticas de formação técnico-profissional.

A exposição das disciplinas nos remete a alguns questionamentos do porquê de a instituição ensinar o que ensina, a função de cada disciplina ou matéria, sabendo que a escola faz uma seleção cultural identificando o que é, em determinada época, importante para ser ensinado e aprendido.

A disciplina contribui para a consolidação ou manutenção de poder (FOUCAULT, 1987), pois a instituição da disciplina não é desinteressada, ela fortalece os processos produtivos industriais ou agropecuários. Se por um lado, as disciplinas potencializam as forças do corpo tornando-o mais eficaz no desempenho de atividades úteis e econômicas, por outro poderá diminuir essas mesmas forças no que concerne a questionamentos políticos, submetendo os sujeitos a processos de obediência.

Considerações finais

O Patronato Agrícola Vidal de Negreiros criado em 1920, assim como os demais instituídos no período entre 1918 a 1934, resulta das políticas de republicanização do Brasil, e também das medidas de contenção das ideias revolucionárias que se proliferavam na década de 1920. Surgiu com propósitos

assistencialistas, adotado como meio de reduzir a migração do campo para a cidade, além de dar sustentação ao discurso oficial de superar o atraso intelectual e material do Brasil, promover o combate ao analfabetismo, a indigência e a ignorância. Oferecia a formação profissional aos adolescentes filhos de agricultores, assim como àqueles que se encontravam em situação de precariedade. Para o Patronato Agrícola de Bananeira/PB convergiam os meninos das várias regiões da Paraíba e de outros estados do Nordeste.

Esse educandário foi relevante para o desenvolvimento educacional da região ao proporcionar não somente a formação profissional, mas também a instrução primária, tendo em vista a carência de instituição pública de ensino na região e, em consequência, o alarmante contingente de analfabetos. O ingresso no Patronato Agrícola de Bananeiras implicava na esperança de superação das dificuldades enfrentadas por muitas famílias e a perspectiva de vida próspera para seus filhos instruídos e profissionalizados.

ABSTRACT: This study aims to understand the interfaces of the Republican education policy in the early twentieth century, through the institutionalization of Agricultural Employers of Bananeiras/PB, created in 1920 and opened in 1924, giving it a historical identity. It aims to problematize the printed school culture in this institution created and designed for the male morale and training in the period of 1924-1934. It discusses the economic and socio-political transformations during which the professional education emerged in Brazil. It reflects the educational practices that impacted the processes of moral and intellectual formation as well as the professional qualification for the rural sector in this institution. The historical reconstruction is based on the principles of the history of educational institutions, from the analysis of the testimony and records of educational, social and cultural practices as well as the historical sources which are analyzed in light of the new cultural history. Therefore, it was adopted as a category of historical analysis, school culture to understand the rules of the Agricultural Employers' diffuse distribution of the very space where the educational activities are developed in institutional routine.

Keywords: Professional teaching, History of Educational Institutions, Moral formation.

Referências

BURKE, P. **A Escola dos Annales 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

EVANGELISTA, O.; MORAIS, M. C M. de; SHIROMA, E. O. et al. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Tradução: Leonor Martinho Simões; Gizela Moniz. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalheite. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In. ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 3-24.

GONDIM, A. W. A. **Geoeconomia e agricultura no Brejo Paraibano: análise e avaliação**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KUNZE, N. C. O surgimento da Rede Federal de Educação Profissional nos primórdios do Regime Republicano Brasileiro. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, n. 11 (2), p. 8-24. Brasília: MEC, SETEC, 2009.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, J. **Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo**. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1996. Mimeo. p. 1-18.

NASCIMENTO, J. C. **A formação moral, intelectual e física dos meninos abandonados: o ensino agrícola no Patronato São Maurício (1924-1934)**. II Encontro de Pós-Graduação da EFS. [http://www. posgrap.ufs.br](http://www.posgrap.ufs.br). Acesso em 10.03.2011.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: A organização escolar**. 15. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SILVA, M. L. da. **Reminiscências: capítulos da história do Patronato Agrícola**. João Pessoa: Reproduções Gráficas Ltda, 1994.

SILVA, M. L. da. **Reminiscências: de Patronato a Colégio Agrícola: 80 anos de história**. João Pessoa: Gráfica Universitária/UFPB, 2004.

SOBRAL, F. J. M. Retrospectiva histórica do Ensino Agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica n. 11, (2), p. 78-95. MEC, SETEC, 2009.

VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo, Ática, 2007.

WERLE, F. O. C. História das instituições escolares: de que se fala?. In: LONBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Documentos oficiais

BANANEIRAS. Paraíba. Aprendizado Agrícola. **Histórico Escolar**, 1930. Mimeo.

BANANEIRAS. Paraíba. **Ilmo Snr. Delegado de polícia**. 1937. Mimeo.

BANANEIRAS. Paraíba. **Ofício nº 141**. 1938a. Mimeo.

BANANEIRAS. Paraíba. **Atestado de boa conduta**. 1938b. Mimeo.

BRASIL. **Decreto nº 14.118 de 29 de março de 1920**. Actos do Governo Federal, 1920.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Diretoria de Ensino Agrícola. Aprendizado Agrícola de Bananeiras. **Edital nº 8**. Bananeiras Parahyba do Norte, 1936.

* Recebido em 05/11/2013

* Aprovado em 18/11/2013